

**Eduardo Vaz Silva**

# **O IMPACTO DA COVID-19 NOS CRÉDITOS DOS CONSUMIDORES EM PORTUGAL**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de  
Empresas

Orientadoras: Professora Doutora Elvira Vieira e Professora Doutora Ana Maria Reis

**Instituto Superior de Administração e Gestão**

**PORTO, ABRIL DE 2021**

## Declaração de Honra

Eu, Eduardo Vaz Silva abaixo assinado, estudante do mestrado em Gestão de Empresas do Instituto Superior de Administração e Gestão, com o n.º 191260027, declaro por minha honra que o presente trabalho académico foi elaborado exclusivamente por mim, e respeita os direitos de autor e não contém qualquer plágio.

Por ser verdade e me ter sido solicitada apresento esta declaração que vai assinada por mim.

Porto, 30 de Abril de 2021

*Eduardo Vaz Silva*

---

## AGRADECIMENTOS

O presente estudo tem a finalidade da obtenção do nível académico de mestrado, envolveu, um enorme esforço, para ultrapassar todos os obstáculos que fui encontrando ao longo deste percurso, que foi tão bonito. O culminar da minha vida académica, uma das etapas mais entusiasmantes e apaixonantes da minha vida.

Um trajeto de cinco anos nesta instituição, que tanto me deu, e que será sempre a "minha segunda casa" porque, no ISAG não criei só amigos, ganhei uma Família.

Em primeiro lugar, terei de salientar os meus pais e a minha avó, sem eles nada disto seria possível. A paixão com que acompanharam esta caminhada e viveram os meus sucessos, de uma maneira tão intensa, que não poderia deixar de lhes dedicar todo este percurso. Às minhas amigas Liliana Ferreira e Cristina Montanha, um obrigado é pouco por tudo o que fizeram por mim.

A todo o corpo docente da Direção do ISAG, em seu nome Professora Doutora Elvira Vieira e Professora Sofia Gomes que me ajudaram a tomar as melhores decisões no meu percurso académico. Não esquecendo, o corpo Administrativo da Administração do ISAG, Dr. Luís Costa e Dr. Vítor Costa por todo o carinho demonstrado pela minha pessoa. A estes todos um eterno obrigado.

Agradecer também à minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Reis, pelo apoio, carinho e disponibilidade demonstrada em todos os momentos.

A toda a comunidade do ISAG, Professores, colaboradores e colegas que de alguma forma foram peças essenciais neste percurso. Não poderia deixar de salientar o Sr. Nogueira e a Dra. Armandina, aos quais guardo muita estima e podem ter a certeza que terão aqui um amigo para a vida.

Ao CCM, o Professor Doutor Victor Tavares e a Professora Ana Borges também foram pessoas a quem guardo muita estima e admiração, por todos os momentos que partilhamos nestes últimos cinco anos.

As palavras são poucas para expressar todo o sentimento que tenho por este Instituto e por todos os seus colaboradores, certamente iremos ouvir falar ainda mais do ISAG porque a sua estrutura é incansável a todos os níveis.

A todos os inquiridos, que se disponibilizaram a participar neste estudo, sem eles não seria possível chegar há conclusão do tema, que me propus investigar.

Por último, a todos os amigos, colegas, conhecidos, que se cruzaram comigo nesta jornada académica, guardo todos os momentos dentro do meu coração.

A todos, sem exceção, o meu sincero obrigado!

## RESUMO

A pandemia COVID- 19 e a crise económica associada veio trazer novos desafios e novas preocupações, designadamente quanto ao crédito ao consumo e o seu incumprimento.

Neste sentido, o objetivo central desta investigação prende-se com a análise da evolução do crédito concedido aos consumidores nos vários segmentos (pessoal, automóvel, e cartões de crédito), e em que medida esta crise pandémica está a afetar o incumprimento dos mesmos e as moratórias concedidas pelas entidades bancárias.

Para aprofundamento do estudo foi realizado um inquérito por questionário online no qual participaram 281 pessoas. O questionário que incluía questões como: “Possui algum crédito?”, “A pandemia afetou o seu pagamento?” e “Recorreu a moratória de crédito?”. Com este questionário conseguiu-se ter uma perceção sobre o impacto da pandemia na vida dos portugueses, ao nível financeiro.

Finalizado o estudo, os resultados do inquérito por questionário apresentados foram os esperados. Os trabalhadores dos setores mais afetados pela pandemia COVID-19 tiveram uma quebra do seu rendimento. 41% dos inquiridos tinha pelo menos um crédito, sendo que a grande maioria (84%) tinha os créditos apenas numa instituição.

Apenas 16% dos inquiridos recorreram apresentaram incumprimento do crédito e recorreram a moratórias, principalmente por quebras no rendimento. No que diz respeito aos créditos contraídos pelos clientes, a maior parte está direcionada para o crédito automóvel, habitação e pessoal.

Este estudo permitiu concluir que a pandemia COVID-19 veio destabilizar a economia portuguesa, criando um clima de instabilidade económica e financeira no seio de grande parte das famílias portuguesas.

**Palavras-Chave:** Covid-19; Crédito ao Consumo; Incumprimento; Moratórias

## ABSTRACT

The pandemic COVID-19 and the related economic crisis brought new challenges and concerns, namely on consumer credit and credit default.

In this sense, the main goal of the research was to analyze the evolution of the credits to the general consumers in several areas (e.g., car credits; personal credit; credit cards), as well as to understand how the pandemics affects the non-compliance and the moratoriums.

In order to conduct the study, an online questionnaire was made available to the general community, where 281 subjects participated. The questionnaire integrated questions such as: “Do you have any credit?”, “Did the pandemic affected your regular payment?”, “Did you use any moratorium regarding your credit?”. The present questionnaire allowed to have a perception about the impact of the pandemics in the life of Portuguese people at a financial level.

The results of the questionnaire were as expected. The workers of the sectors most severely affected by the pandemic COVID-19 had their income reduced. 41% of the respondents had at least one credit, and the majority (84%) had the credit in one bank. Only 16% of the respondents presented a non-compliance and required a moratorium, fundamentally due to a decrease on income. The results also indicated that most credits include car credit, personal credit and/or mortgage credit.

In the present study I concluded that the pandemic COVID-19 came to destabilize the Portuguese economy by creating economic and financial instability in the majority of the Portuguese families.

**Keywords:** Covid-19; Consumer Credit; Non-compliance; Moratorium

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO .....	iii
ABSTRACT.....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	vi
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS .....	vii
LISTA DE ANEXOS .....	viii
1. INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO .....	1
2. REVISÃO DA LITERATURA .....	3
2.1. A crise do “Subprime” vs. Crise Covid-19.....	3
2.2. O crédito ao consumo em Portugal .....	4
2.3. Variação da Concessão do Crédito ao Consumo .....	5
2.4. Incumprimento relativo ao Crédito ao Consumo pós COVID-19.....	9
2.5. Recurso a Moratórias de Crédito.....	11
3. METODOLOGIA.....	14
4. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	16
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	17
5.1. Caracterização da amostra .....	17
5.2. Resultados do inquérito por questionário .....	18
5.3. Discussão de Resultados.....	20
6. CONCLUSÕES .....	21
7. LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES .....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	23
Bibliografia .....	23
Webgrafia .....	25
ANEXOS .....	26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALD - Aluguer de longa duração

ALF – Associação Portuguesa de *Leasing Factoring e Renting*

AOV - Aluguer operacional de viaturas

APB – Associação Portuguesa de Bancos

ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISAG - Instituto Superior de Administração e Gestão

NPL - *Non Performing Loans*

PIB - Produto interno bruto

PME's - Pequenas e médias empresas

TAEG – Taxa Anual Efetiva Global



## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1. Fonte Banco de Portugal – “Total de número de novos créditos ao consumidor” .....	6
Gráfico 2. Fonte Banco de Portugal – Taxa de crescimento de número de novos créditos aos consumidores.....	7
Gráfico 3. Fonte Banco de Portugal – “Peso de cada tipo de crédito ao consumidor” .....	8
Gráfico 4. Base nos dados Recolhidos no questionário on-line – “Sectores afetados pela pandemia e respetivas quebras de rendimento.....	18
Tabela 1. Fonte Pordata – Evolução do rácio do crédito malparado a particulares.....	10
Tabela 2. Sumário das frequências para caracterização dos participantes .....	17
Tabela 3. Sumário das frequências do impacto de COVID-19 nos consumidores .....	19/20

## LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Questionário .....	27
------------------------------	----

## 1. INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Nestes últimos meses, a economia mundial tem sido significativamente afetada pela pandemia de COVID-19. O crédito ao consumo em Portugal, antes da situação pandémica, estava em forte crescimento, tendo-se observado uma forte queda da atividade económica fruto da pandemia de COVID-19, sem paralelo histórico nas últimas décadas, pelo que será importante caracterizar o contexto pré pandemia para comparar com o cenário de pandemia. O cenário de crise pandémica levou os bancos a tomarem medidas orientadas à concessão de novos contratos de crédito ao consumo, avaliando a capacidade creditícia do proponente, de modo que este tema foi identificado como de extrema relevância para ser analisado, tanto para os investigadores, como para a população em geral (Caldas et al., 2020)

Como se trata de uma situação recente e com a presença de poucos estudos, foi considerado pertinente a sua investigação. Com efeito, a presente situação de calamidade pública (COVID-19) aconteceu pela primeira vez na história da humanidade, existindo ainda poucos estudos direcionados para o impacto económico, social e pessoal causados nos créditos ao consumo em Portugal.

O objetivo do presente trabalho é analisar a evolução do crédito ao consumo, por tipos de crédito, e determinar o impacto da pandemia quer nesta evolução, quer no grau de incumprimento quer no de recurso a moratórias.

A possibilidade de analisar as consequências da crise pandémica na vida dos portugueses parece ser um contributo para a investigação, sendo que o cenário em que o mundo se encontra pode ser caracterizado como singular, especificando como fatores negativos a situação precária em que deixou milhares de portugueses. De igual forma, pretende-se comparar o antes e a situação atual causada pela COVID-19, especialmente o período homólogo de 2019, em termos de cumprimento/incumprimento do crédito, concedido pelas entidades bancárias e financeiras.

Os métodos utilizados para a realização deste trabalho foram a pesquisa científica, quer de literatura relevante, quer de bases de dados de instituições nacionais (designadamente o Banco de Portugal) e a aplicação de um inquérito por questionário online (através da plataforma *Google Forms*). Com base nos dados extraídos do questionário, foram

posteriormente efetuados cálculos estatísticos através do programa informático *Microsoft Excel* com vista à apresentação quantitativa dos resultados.

O presente estudo está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro referente à Introdução e identificação do problema de investigação. O segundo inclui a revisão da literatura e a apresentação do contexto do crédito ao consumo, com base em informação do Banco de Portugal. O terceiro capítulo abarca a metodologia, o quarto as questões de Investigação, e o quinto capítulo a análise e discussão dos resultados. Por fim, as principais conclusões e as limitações e recomendações são apresentadas no capítulo seis e sete, respetivamente.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. A crise do “Subprime” vs. Crise Covid-19

Em meados de 2007, estivemos perante uma das crises financeiras mais graves desde o final da Segunda Guerra Mundial, crise essa que começou nos Estados Unidos da América, no mercado hipotecário, despoletado pelas insolvências no segmento de risco mais elevado (*subprime*) (Hwang et al., 2010).

Motivada essencialmente pela concessão desenfreada de créditos imobiliários, através de empresas controladas pelo governo, como a *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, esta crise ficou mesmo conhecida pela crise do *subprime*, termo que se encontra associado a hipotecas “frágeis”, ou seja, para as quais não eram dadas garantias quanto à real capacidade dos credores para honrar os compromissos subjacentes às respetivas hipotecas (Macedo Cintra & Farhi, 2008). A 15 de Setembro de 2008, esta crise atingiu o seu ponto mais profundo com a falência do banco Lehman Brothers, declarada mesmo como a maior falência da história dos Estados Unidos da América (Peckham, 2013).

Com origem nos Estados Unidos da América, estes efeitos de recessão económica americana, depressa foram estendidos à escala mundial, tendo as exportações globais caído quase 20% entre 2007 e 2009 (Coelho et. al, 2015). No caso de Portugal, que já se encontrava com a economia fragilizada desde o início do século devido à queda de emprego, fomos rapidamente atingidos no crédito bancário e nas exportações (Coelho et. al, 2015). Em maio de 2008 a crise começou a fazer-se sentir na europa, sendo que Portugal só entrou em recessão técnica no terceiro trimestre desse ano (Alexandre et al., 2009) taxa de desemprego em Portugal atingia valores a tocar os 10% (INE, 2009) e as exportações a afundarem, os principais parceiros comerciais do país caíram numa recessão (INE, 2010). O investimento privado teve uma quebra muito acentuada, refletindo-se na produção industrial que teve uma queda próxima dos 20% (INE, 2011).

Em comparação com a crise vivida nos dias de hoje, esta não advém de um objeto económico, mas sim de uma epidemia, devido ao grande grau de contaminação do vírus COVID-19. Na sequência das medidas implementadas pelo Governo Português em março de 2020, designadamente o confinamento obrigatório, o país começou a ressentir-se economicamente. Muitas empresas tiveram de encerrar temporariamente a sua atividade, outras encerraram permanentemente, gerando assim uma quebra de rendimentos nas famílias portuguesas, causando, também, um aumento da taxa de desemprego em Portugal (Silva, 2010).

Durante a crise do *subprime* e, por conseguinte, a recessão económica portuguesa, os montantes de crédito ao consumo baixaram, encontrando somente uma recuperação dos

seus números em 2013 (ASFAC, 2019). O tipo de crédito que mais cresceu, desde esse ano, foi o crédito automóvel, por ser um bem duradouro e onde os portugueses essencialmente investem o seu dinheiro. Devido a esta crise, a concessão de crédito ficou altamente regrada e dependente de um processo de verificação antes do processamento de algum crédito, para não se cometerem os erros que precederam a crise anterior (ASFAC, 2019).

No que diz respeito à crise atual, o crédito ao consumo atingiu, no ano passado o valor mínimo de cinco anos. De acordo com o Banco de Portugal, registou-se uma queda de 23% face ao ano anterior (Banco de Portugal, 2021a). Os bancos e financeiras emprestaram pouco mais de 5 mil milhões de euros para consumo. (Lima, 2020) Num ano de fortes restrições e de crise em muitos setores, os portugueses consumiram menos e, assim, recorreram menos ao crédito (Lima, 2020).

## **2.2. O crédito ao consumo em Portugal**

O crédito ao consumo, não prevê somente a compra de bens e serviços, mas tem também um papel estabilizador importante no poder de compra das famílias, essencialmente em períodos de quebra de rendimento (ASFAC, 2019).

A importância dos bancos e da concessão do crédito para o dinamismo da economia é inegável. Porém, resultou claro da última crise financeira, que a concessão de crédito deverá ter implícita uma forte regulação e fiscalização e que o modelo de regulação e supervisão implementado, à data, apresentava claras fragilidades (Acharya, 2009; Avgouleas & Goodhart, 2015; Moshirian, 2011).

Com a expansão e forte concorrência do mercado do crédito bancário, os bancos começaram a aplicar fortes campanhas publicitárias para atrair consumidores para o crédito ao consumo. O crédito ao consumo é um negócio interessante para as instituições bancárias, por permitir a grande dispersão do risco e cobrança de taxas mais elevadas relativamente a outro tipo de créditos, sendo que as perdas associadas ao incumprimento de pagamento são altamente compensadas, pelo que as instituições bancárias facilitam a concessão deste tipo de crédito (Jesus, 2008). Nos dias que correm, as pessoas conseguem atingir um estilo de vida superior devido à facilidade de acesso ao crédito ao consumo, à descida das taxas de juro, e ao baixo nível de endividamento (Jesus, 2008).

No entanto, com a concessão de mais crédito, por sua vez, o endividamento das famílias também começou a aumentar, bem como o incumprimento de obrigações de crédito. As

entidades financeiras, normalmente, consideram incumprimento após três meses de prestações em atraso e, quando o definem como “incumprimento definitivo” quer dizer que se esgotaram as possibilidades de negociação da dívida e inicia-se então uma ação judicial (Jesus, 2008).

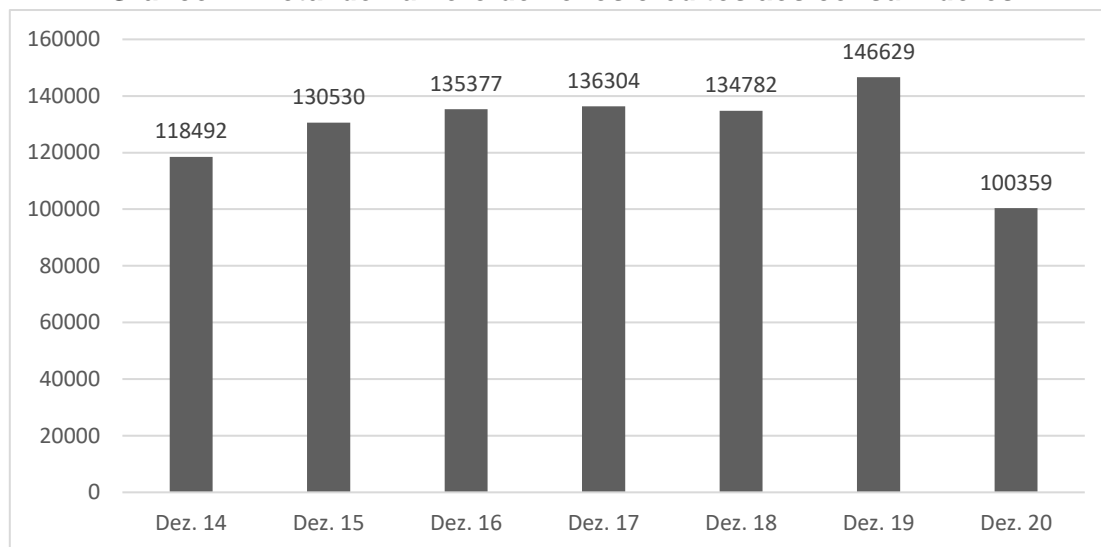
Os créditos ao consumo mais comuns são: o crédito pessoal, automóvel e cartões de crédito e descoberto (Banco de Portugal, 2020)

1. **O crédito pessoal** – é um tipo de empréstimo que permite ao cliente solicitar uma quantia específica de dinheiro e este ser reembolsado à entidade bancária através de prestações fixas previamente acordadas. Deve, no entanto, informar para que fim pretende o crédito, pois se for para financiar, estudos, saúde os painéis solares, a taxa praticada será mais baixa. Caso o consumidor não informe o banco sobre a finalidade do empréstimo, a taxa máxima poderá ser aplicada, a chamada, TAEG que é definida pelo Banco de Portugal (Chaves Neto & Guimarães, 2002).
2. **O crédito automóvel** - é todo o empréstimo que é concedido a particulares, que tem como objetivo a aquisição de uma nova viatura, seminova ou usada (Nobre, 2010).
3. **Os cartões de crédito e descoberto** - Neste tipo de operação o cliente tem um limite máximo de crédito que pode usufruir através de um cartão de crédito. É geralmente usado em estabelecimentos comerciais. Já o descoberto refere-se ao montante negociado com o banco para atingir valores negativos na conta à ordem.

### 2.3. Variação da Concessão do Crédito ao Consumo

O crédito ao consumo é um plano recorrente na escolha dos portugueses para financiar a compra de bens e serviços (Banco de Portugal, 2005). Como tal, elaborou-se um gráfico em que constam os números totais de créditos aos consumidores durante os anos de 2014 e 2020.

**Gráfico 1 - Total de número de novos créditos aos consumidores**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do (Banco de Portugal, 2021b).

Com base na análise do gráfico acima elaborado, cujos dados foram retirados do site do Banco de Portugal, pode-se constatar que após a crise do *subprime* que abalou a fortemente economia nacional durante 2009 e 2012, podemos concluir que a partir dos números analisados, Portugal a partir de 2014 começou a ter um crescendo no número de créditos: passou de 118.492 novos créditos, em 2014, para 130.530 novos créditos em 2015.

Esta tendência de crescimento permaneceu até 2007, no entanto, no ano de 2018 existiu uma quebra ligeira do número de novos créditos na ordem dos 1.522 novos créditos.

O ano de 2019, em ano de véspera da pandemia, o novo número de créditos aos consumidores subiu a níveis nunca vistos nos últimos anos, atingindo 146.629 novos créditos. Como já tínhamos visto anteriormente, em 2019 Portugal vivia um clima de estabilidade financeira, portanto os portugueses estavam cada vez mais confiantes na aquisição de crédito ao consumo, quer para satisfazer necessidades, quer para comprar novos bens e serviços.

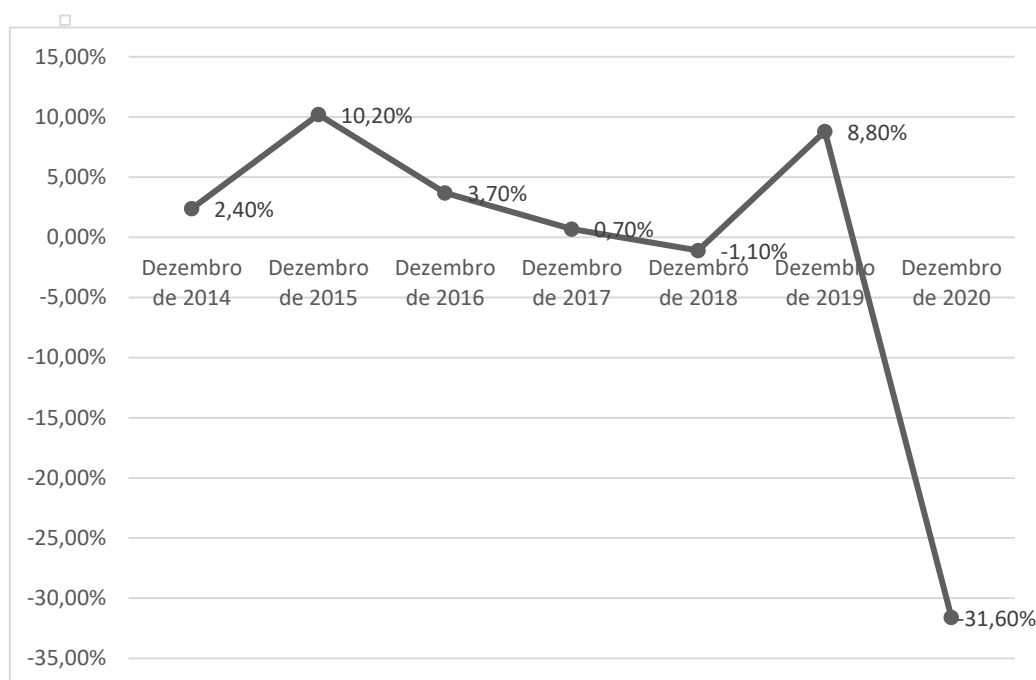
No entanto, chegaria o ano 2020, um dos anos mais negros da história da humanidade, devido à pandemia COVID-19 que se instalou a nível mundial. Portugal, sendo um país que, apesar de nos anos transatos, viver um clima estável na sua economia, o confinamento obrigatório decretado pelo primeiro-ministro de Portugal em março de 2020 e, que durou três meses, afetou gravemente a economia: empresas fecharam, pessoas ficaram sem emprego, grande



parte da população teve uma quebra de rendimentos causando assim um clima de pânico e desconfiança para com o futuro.

Os números referentes a 2020 do quadro acima exposto, refletem isso mesmo, uma quebra do número de novos contratos aos consumidores, na ordem dos 46.270 novos créditos não concedidos. Este declive deveu-se, claro, à pandemia COVID-19 que obrigou de novo os portugueses recorrerem às suas poupanças, retraindo-se no processo de compra de novos bens e serviços que muitas vezes para serem satisfeitos dependem do recurso ao crédito.

**Gráfico 2 – Taxa de crescimento de número de créditos aos consumidores**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco de Portugal (2021).

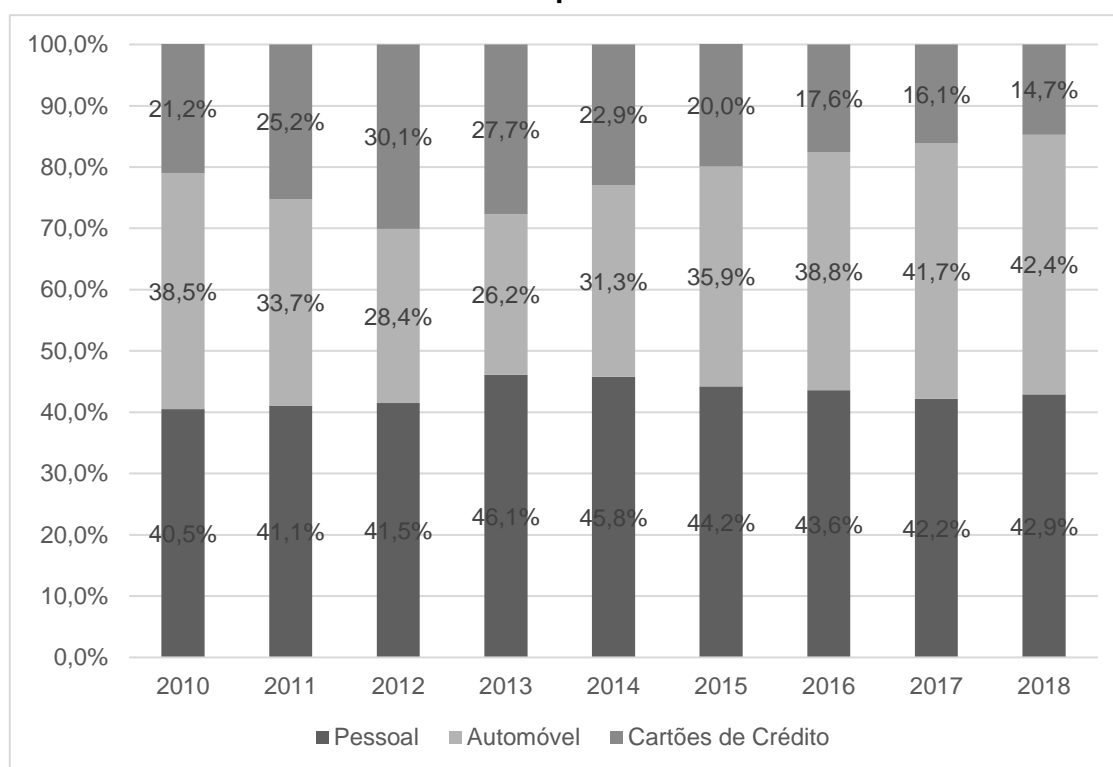
O gráfico 2 vem exatamente no seguimento do gráfico 1, já que, nos demonstra a taxa de crescimento de número de créditos aos consumidores.

Como podemos analisar, existiu uma taxa de crescimento positiva ao longo dos anos 2014 a 2017, no entanto, registou-se maior taxa de crescimento do ano 2014 para 2015 na ordem dos 10%. Por outro lado, no ano de 2018 o número de créditos aos consumidores teve a sua primeira queda neste espaço temporal, apesar de pequena, os valores rondaram os -1,1%.

No ano seguinte, existiu um grande crescimento face ao ano transato, sendo que 2019 atingiu quase valores de crescimento de 2015, fomentando assim de novo a tendência de aumento de solicitação de crédito pelos consumidores.

Chegamos ao ano da pandemia COVID-19, e como não poderíamos deixar de prever, existiu uma quebra gigantesca no que toca à taxa de crescimento de número de créditos aos consumidores na ordem dos 32%.

**Gráfico 3 – Peso de cada tipo de crédito ao consumidor**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco de Portugal (Banco de Portugal, 2021).

O gráfico acima desenvolvido, tem como base dados do Banco de Portugal, no entanto, os cálculos deste estudo foram realizados pela Nova SBE, sendo o último estudo mais recente remetente até ao ano de 2018 (ASFAC, 2019).

Analisando-o, podemos ver que os créditos pessoais mantêm sempre a maior percentagem ao longo do período estudado, isto quer dizer que os portugueses adquirem crédito para satisfazerem necessidades como a aquisição de bens e de serviços.

No que diz respeito ao crédito automóvel, apesar de ter sofrido algumas oscilações entre os anos 2010 e 2014, podemos afirmar que, a partir de 2015 as suas percentagens têm subido substancialmente ao longo dos anos atingindo o máximo de percentagem do período estudado em 2018 com uma percentagem de 42,4%

Os cartões de crédito, ao longo dos anos, têm caído em desuso, desde 2016 a tendência é de queda de percentagens até ao ano de 2018. O cartão de crédito cria uma sensação de falsa riqueza ao credor, podendo tornar-se muito perigoso no que toca a elevados níveis de endividamento, portanto, como os clientes bancários de hoje em dia, são cada vez mais informados para o pedido de créditos e os perigos inerentes aos seus incumprimentos.

## **2.4. Incumprimento relativo ao Crédito ao Consumo pós COVID-19**

Um dos grandes problemas das crises financeiras globais são o incumprimento dos créditos, tornando-se a grande prioridade para as entidades regulatórias europeias, de forma a monitorizar o desempenho das Instituições Financeiras (Perfeito, 2020).

De acordo com a Instrução nº 23/2011 emanada pelo Banco de Portugal, que visa divulgar os indicadores de referência de forma a reforçar a necessidade da comparabilidade da informação dos bancos, assim como a sua transparência, o crédito com incumprimento é constituído pelo crédito vencido há mais de 90 dias, juntamente com o crédito de cobrança duvidosa, reclassificado como vencido para efeitos de provisões (Banco de Portugal, 2011). O crédito com incumprimento líquido, difere do crédito com incumprimento apenas porque ao Crédito com incumprimento é deduzido o montante de provisões para o crédito vencido, provisões para crédito de cobranças duvidosa e imparidades acumuladas para créditos.

A evolução do crédito em incumprimento no sistema bancário português, numa análise temporal de 11 anos, e conforme período de amostra de dados que vão ser analisados no modelo, entre 2009 e 2020, conseguimos visualizar a evolução do rácio de particulares com crédito malparado em Portugal na tabela 1.

**Tabela 1 - Evolução do crédito malparado a particulares**

ANOS	Particulares com crédito malparado (%)
2009	12,4
2010	13,0
2011	14,1
2012	14,7
2013	13,9
2014	13,8
2015	12,9
2016	11,8
2017	10,5
2018	8,6
2019	8,9
2020	8,5

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Pordata (Pordata, 2021).

Nesta tabela, é possível verificar um aumento significativo do rácio de *Non Performing Loans* (NPLs) no período de crise soberana e imediatamente após esta crise, período no qual Portugal se encontrava perante uma grande instabilidade financeira, iniciada pela crise financeira mundial de 2009 que conduziu a uma estagnação da economia global. Enquanto os níveis de incumprimento continuavam com uma tendência crescente, havia o inverso no crescimento crédito, em que com constrangimentos do lado da procura e da oferta de crédito, face ao endividamento do sector privado durante a crise, verificou-se uma diminuição no crédito concedido. No relatório de estabilidade financeira de Maio de 2015, o Banco de Portugal anunciou igualmente um aumento da carteira de imóveis detidos pelos bancos portugueses, provavelmente devido ao aumento do incumprimento no pagamento dos créditos de habitação (Perfeito, 2020).

Apesar da crise “*subprime*”, antes da pandemia COVID-19, Portugal vivia um cenário macroeconómico estável, com estabilidade no emprego, em torno de 6,5% ao longo do ano de 2019 (INE, 2019) com crescimento económico traduzido pelo aumento do PIB, que registou um crescimento homólogo de 2,2% em volume no 4º trimestre de 2019 (INE, 2012).

A pandemia e os regimes de confinamento social originaram uma estagnação da economia com um impacto bastante significativo na solvência de empresas e famílias, com quebras

significativas no PIB nos países desenvolvidos, incluindo em Portugal, que apresentou uma diminuição de 5,9% em volume no 4º trimestre de 2020. Das medidas implementadas pelos governos, incluindo Portugal, destacam-se programas de ajuda ao emprego e a implementação de moratórias de crédito (INE, 2021).

Posto isto, é expectável que ao nível do incumprimento de crédito e da percentagem de NPL exista um crescimento significativo, no balanço dos bancos.

Por estarmos a viver uma realidade inédita, desde logo pelo andamento tão progressivo e rápido a que a entrada em incumprimentos de créditos se desenrola, são necessárias medidas que de alguma forma atenuem o seu impacto. Para isto, os bancos têm de ser pró-ativos no encontro de uma solução para a recuperação de crédito e redução da atividade, que protejam a base de capital e o valor do acionista.

## **2.5. Recurso a Moratórias de Crédito**

Para fazer face ao incumprimento dos créditos existentes, e ao risco de cessação dos mesmos, devido à situação pandémica, que gerou a interrupção de vários setores da economia, e depois de ter sido decretado pelo Presidente da República, através do Decreto-Lei nº 14 – A/2020, de 18 março, o estado de emergência, foram estabelecidas medidas excecionais e foi promulgado o Decreto-Lei n.º10 – J/2020, de 26 março. Este decreto reconhece, que o risco deve ser repartido por ambas as partes intervenientes no contrato, e estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, estando previstas no artigo 437.º do Código Civil as condições de admissibilidade.

No campo de ação, surgiram dois tipos de moratórias, decorrentes de contratos de crédito:

**1. Moratória Pública**, promulgada pelo Decreto-Lei nº10 – J/2020 de 26 março, beneficiam destas medidas, o crédito hipotecário, incluindo a locação financeira de imóveis destinados habitação ou o crédito ao consumo para educação, incluindo a formação académica e profissional, de pessoas singulares. Com o prolongamento da crise pandémica, novo diploma foi legislado, Decreto-Lei n.º 26/2020 de 16 junho, para proteger os mutuários de qualquer crédito hipotecário, foi incluída a locação financeira imóveis, pessoas singulares,

residentes ou não em Portugal, desde que cumpram os requisitos que constam na lei, ainda que emigrantes.

**2. Moratória privada**, foi aprovada nos termos das orientações emanadas pela Autoridade Bancária Europeia – EBA/GL/202002, com características similares Moratória Pública. Abrange contratos de crédito celebrados com consumidores que não estão abrangidos pela moratória pública, como sendo os casos de crédito pessoal (com exceção dos contratos crédito para a educação), crédito automóvel e/ou dos cartões de crédito. A aplicação das moratórias privadas é da competência das instituições que as disponibilizam Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC); Associação Portuguesa Bancos (APB) e Associação Portuguesa de *Leasing Factoring e Renting* (ALF) não pertencendo ao Banco de Portugal a competência para controlar a sua implementação.

Com base em toda a revisão de literatura acima descrita, prevejo que o sector bancário enfrente uma grande crise económica face à pandemia Covid-19. A recessão económica é inevitável, quer em Portugal, quer no Mundo.

Com esta crise a instalar-se em Portugal a partir de 2020 e sem data de fim, posso concluir que muitos portugueses irão recorrer a créditos para satisfazer necessidades ou até mesmo para pagamento de obrigações, o que vai gerar uma enorme pressão no sector bancário, essencialmente nas equipas de análise e avaliação de risco de crédito. Aqui entra um dos “fantasmas” que assombrou a economia portuguesa, os NPL, que em anos como 2016, por exemplo, bateram percentagens bastante elevadas.

No que diz respeito às modalidades de crédito aos consumidores, prevejo que os números do crédito pessoal e automóvel tenham uma subida, já que, historicamente são os dois créditos mais procurados pelos consumidores. Por outro lado, os cartões de crédito não acredito que tenham uma subida desenfreada, até porque a tendência ao longo dos anos foi manter ou baixar a sua percentagem de utilização.

As moratórias, por sua vez, têm um prazo que termina em 2021: as moratórias privadas terminam o seu prazo em março e as moratórias públicas terminam em setembro do mesmo ano. Analisando esta segunda vaga da pandemia, as moratórias públicas deverão ser prorrogadas, ainda sem tempo definido, e tendo em conta o perfil do consumidor (e.g. os

sectores de atividade mais afetados). Noutro âmbito, as privadas também poderão ser prorrogadas, no entanto, não são apoiadas por Decreto-Lei do Estado Português.

### 3. METODOLOGIA

No presente capítulo será descrita a metodologia utilizada neste estudo de investigação. Como instrumento de recolha de dados foi realizado um inquérito por questionário, com recurso à plataforma *online* Google Forms, com elaboração do competente consentimento informado, informando-se os participantes sobre os objetivos do mesmo, garantindo o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

A literatura científica integra uma extensa teoria e informação em diversas áreas sobre o tema em análise, permitindo a definição da problemática em causa, o que justifica o recurso a uma abordagem quantitativa (Silva et. al, 2014) Este tipo de abordagem requer a conceção de perguntas claras, concisas, adequadas aos objetivos da investigação, de simples compreensão, sem juízos implícitos associados e pertinentes (Maciel et al., 2014).

O presente estudo tem como objetivo central explorar o impacto da Covid-19 nos créditos dos consumidores. Este estudo caracteriza-se como descritivo e é frequentemente utilizado em situações nas quais se pretende analisar atitudes, intenções e comportamentos (Maghnati et al., 2012), utilizando neste sentido o método quantitativo uma vez que este recorre à medição numérica, à contagem e à estatística para estabelecer os padrões de comportamento (Hernández Sampieri et al., 2014). Assim, os objetivos específicos focam-se na descrição sobre: a) a quebra de rendimentos durante pandemia; b) o sector de atividade mais afetado pela pandemia; c) o tipo de crédito mais utilizado; d) o cumprimento das obrigações; e) o recurso a moratórias; f) qual o motivo do recurso a moratória.

No que se refere ao questionário (Anexo 1), este inclui questões fechadas (de escolha múltipla e dicotómicas) e três questões abertas. O questionário integra quatro grupos. O primeiro grupo é constituído pelo consentimento informado. O segundo grupo é constituído por questões que têm por objetivo obter informações sobre a caracterização do respondente, tais como género, idade, estado civil, grau de escolaridade e atividade atual. No terceiro grupo são apresentadas questões que permitirão avaliar se pandemia COVID-19 afetou o rendimento, bem como a indicação do setor de atividade do respondente. No quarto e último grupo são apresentadas questões sobre o crédito, o tipo de crédito ao consumo, a/as entidades e o cumprimento das obrigações e as moratórias.

Numa primeira fase elaborou-se a construção do questionário através da utilização do *Google Forms*, onde foi tida em consideração a facilidade de compreensão e de resposta dos inquiridos quando estes tivessem acesso ao questionário, tendo sido realizado para o efeito, um pré-teste do questionário a um grupo de 5 participantes selecionados por conveniência pelo autor da dissertação. O questionário foi administrado online, com partilha do *link* em



diversas redes sociais, nomeadamente *Facebook*, *Linked In*, *e-mail* e mensagens privadas. A recolha de dados foi realizada entre 3 de fevereiro a 10 de fevereiro 2021. Após a recolha dos dados através do *Google Forms*, os dados foram exportados para *Microsoft Excel*. Para caracterização e descrição da amostra e das variáveis em estudo utilizou-se estatísticas de frequência e descritivas de tendência central e dispersão (média e desvio-padrão).

#### 4. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Considerando o enquadramento teórico apresentado, bem como a metodologia que serviu de base à investigação, as principais questões que pretendemos ver respondidas com este estudo são:

1. Como evoluíram os créditos ao consumo com a pandemia?
2. A pandemia COVID-19 afetou o rendimento dos portugueses?
3. A pandemia COVID-19 afetou o cumprimento relativo aos créditos?

No contexto apresentado, de elevadas restrições ao funcionamento da economia, é expectável que a pandemia apresente um impacto negativo nos rendimentos dos portugueses, com um maior nível de incumprimento de créditos, sendo certo que a aplicação de moratórias pode reduzir esse incumprimento.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1. Caracterização da amostra

No presente estudo participaram 281 participantes, sendo 167 (59.4%) mulheres e 114 homens (40.6%) com idade compreendida entre os 20 e 79 anos, com média de idade de 36.0 e desvio padrão de 13.03. Relativamente ao estado civil observamos que maioritariamente eram solteiros (N = 157, 55.9%) e 76 (27.0%) casados. Quanto ao grau de escolaridade verificamos que na maioria detinham a licenciatura, mestrado e ou doutoramento 173 (61.6%). Relativamente à atividade atual observamos que 225 (80.1%) eram trabalhadores e/ou trabalhadores/estudantes. De realçar que 31 (11%) ficaram desempregados durante a pandemia (ver Tabela 2).

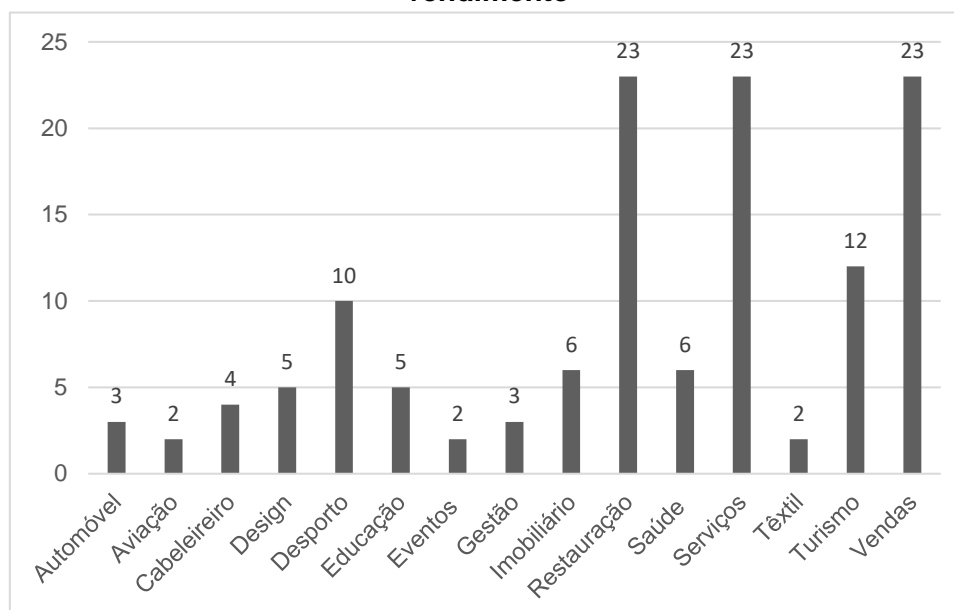
**Tabela 2 - Sumário das frequências para caracterização dos participantes**

		N	%
Género	<b>Feminino</b>	<b>167</b>	<b>59.4</b>
	Masculino	114	40.6
Estado Civil	<b>Casado/a</b>	<b>76</b>	<b>27.0</b>
	Divorciado/a	17	6.0
	Noivo	3	1.1
	Separado/a	3	1.1
	<b>Solteiro/a</b>	<b>157</b>	<b>55.9</b>
	União de facto	22	7.8
	Viúvo/a	3	1.1
Grau de Escolaridade	Ciclo ou secundário	74	26.3
	Curso técnico profissional/ formação	31	11.0
	Estudos primários	2	0.7
	<b>Licenciatura</b>	<b>109</b>	<b>38.8</b>
	<b>Mestrado e/ou doutoramento</b>	<b>64</b>	<b>22.8</b>
	Pós-graduação	1	0.4
Atividade Atual	Desempregado/a antes da pandemia	9	3.2
	<b>Desempregado/a durante a pandemia</b>	<b>31</b>	<b>11.0</b>
	Empresário	4	1.4
	Estudante	6	2.1
	Reformado	6	2.1
	<b>Trabalhador/a</b>	<b>190</b>	<b>67.6</b>
	<b>Trabalhador/a / Estudante</b>	<b>35</b>	<b>12.5</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados recolhidos no questionário online.

## 5.2. Resultados do inquérito por questionário

**Gráfico 4 - Sectores de atividade dos respondentes que tiveram quebras de rendimento**



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos no questionário on-line

Através do Gráfico 4, constatou-se que dos 129 (45.9%) participantes que registaram uma quebra de rendimento face ao nível pré-pandemia, a maioria dos inquiridos trabalhavam no setor da restauração, serviços, vendas, turismo e desporto os (70.5%). Os participantes que registaram quebra de rendimentos, consideram que o seu sector de atividade foi um dos mais afetado pela pandemia. Podemos ver da Tabela 2, que relativamente ao crédito ao consumo 116 (41.3%) relataram que tem um crédito na sua maioria numa entidade bancária 97 (83.6%), sendo a maior parte, crédito automóvel, habitação e pessoal.

Apenas 19 (16.4%) dos participantes que detêm crédito ao consumo afirmaram que a pandemia COVID-19 afetou o seu cumprimento e todos os participantes recorreram à moratória de crédito concedida pela sua entidade bancária, na sua maioria devido à quebra de rendimentos 13 (68.4%) e apenas 6 participantes (31.6%) por precaução.

**Tabela 3 - Sumário das frequências do impacto de Covid-19 nos consumidores**

		N	%
Registou quebra de rendimento face ao nível pré-pandemia	Não	152	54.1
	<b>Sim</b>	<b>129</b>	<b>45.9</b>
Qual o Sector de Atividade Profissional	Automóvel	3	2.3
	Aviação	2	1.6
	Cabeleireiro	4	3.1
	Design	5	3.9
	<b>Desporto</b>	<b>10</b>	<b>7.8</b>
	Educação	5	3.9
	Eventos	2	1.6
	Gestão	3	2.3
	Imobiliário	6	4.7
	<b>Restauração</b>	<b>23</b>	<b>17.8</b>
	Saúde	6	4.7
	<b>Serviços</b>	<b>23</b>	<b>17.8</b>
	Têxtil	2	1.6
	<b>Turismo</b>	<b>12</b>	<b>9.3</b>
	<b>Vendas</b>	<b>23</b>	<b>17.8</b>
Considera que o seu sector de atividade foi um dos mais afetado pela pandemia	Não	152	54.1
	<b>Sim</b>	<b>129</b>	<b>45.9</b>
Tem algum crédito?	Não	165	58.7
	<b>Sim</b>	<b>116</b>	<b>41.3</b>
Que tipo de crédito ao consumo tem?	<b>Automóvel</b>	<b>49</b>	<b>42.2</b>
	Automóvel, Cartão de crédito	11	9.5
	Automóvel, Cartão de crédito, Pessoal	1	0.9
	Automóvel, Cartão de crédito, Pessoal, Educação/Formação	1	0.9
	Automóvel, Eletrodoméstico	1	0.9
	Automóvel, Habitação	3	2.6
	Automóvel, Pessoal	1	0.9
	<b>Cartão de crédito</b>	<b>13</b>	<b>11.2</b>
	Cartão de crédito, Habitação	1	0.9
	Cartão de crédito, Pessoal	2	1.7
	<b>Habitação</b>	<b>20</b>	<b>17.3</b>
	<b>Pessoal</b>	<b>13</b>	<b>11.2</b>

		N	%
Em quantas entidades bancárias tem o/os seus crédito/os?	<b>1 entidade</b>	<b>97</b>	<b>83.6</b>
	2 entidades	15	12.9
	3 entidades	4	3.4
A pandemia COVID-19 afetou o seu cumprimento?	Não	97	83.6
	<b>Sim</b>	<b>19</b>	<b>16.4</b>
Recorreu a moratória de crédito concedida pela sua entidade financeira?	Não	97	83.6
	<b>Sim</b>	<b>19</b>	<b>16.4</b>
Qual o motivo para recorrer à moratória?	Precaução	6	31.6
	<b>Quebra de rendimento</b>	<b>13</b>	<b>68.4</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados recolhidos no questionário online.

### 5.3. Discussão de Resultados

A discussão que se segue permite contribuir para uma análise mais detalhada dos resultados obtidos, tendo também, como foco primordial dar resposta aos objetivos específicos propostos por este estudo.

Depois de analisar todos os dados fornecidos pelos inquiridos, podemos afirmar o que já se havia previsto: a pandemia veio trazer uma quebra nos rendimentos dos portugueses, sendo os mais afetados, os que trabalham em áreas como a restauração, vendas, turismo e desporto. Analisando estas quatro áreas de atividade, podemos afirmar que todas requerem um contacto físico vendedor-cliente, daí, serem das mais afetadas a nível nacional.

No que diz respeito aos créditos ao consumo contraídos, a maior parte está direcionada para o crédito automóvel, habitação e pessoal. Uma estatística dentro dos parâmetros normais, pois são os créditos mais utilizados pelos portugueses.

Os números mostram-nos que só cerca de 17% dos participantes afirmaram que a pandemia afetou o seu incumprimento, e todos estes recorreram a moratórias de crédito, ou por quebra de rendimentos ou por precaução.

Os dados foram de encontro ao expectável, a pandemia veio gerar um desconforto financeiro na maioria das famílias, os seus rendimentos foram reduzidos, daí o clima de incerteza que se vive nos dias de hoje. De salientar que os portugueses estão a ser bastante cumpridores com os créditos contraídos nas suas entidades bancárias, o que estará relacionado com a possibilidade de recurso às moratórias.

## 6. CONCLUSÕES

Depois de realizada a pesquisa e a apresentação dos resultados do inquérito por questionário “Impacto do Covid-19 no crédito aos consumidores em Portugal” podemos concluir o seguinte:

Portugal, antes da entrada da pandemia, vivia um clima de estabilidade na sua economia, a taxa de desemprego tinha batido nos níveis mais baixos dos últimos anos, e sectores como turismo, hotelaria, restauração eram fortes *inputs* para a economia do país.

Em abril de 2020, começámos a ter perceção da gravidade desta pandemia: estado de emergência decretado, que levou a um recolher obrigatório de toda a população, salvo trabalhadores de empresas de bens de primeira necessidade.

A economia começou a estagnar. Vários ramos de atividade, como desporto, cultura, restauração e hotelaria tiveram de encerrar as suas atividades, por se tratarem serem consideradas de “alto risco” devido ao contacto existente entre os profissionais e os clientes.

Posto isto, várias empresas tiveram de encerrar atividade, tiveram de despedir funcionários, e a crise começou a ganhar grandes contornos.

Através do estudo realizado, podemos comprovar tudo isto acima referido: 40% dos inquiridos tiveram quebras de rendimentos, no entanto, no que diz respeito ao cumprimento dos créditos, os inquiridos foram extremamente cumpridores (depois da crise de 2009 sentimos que os portugueses estão mais responsáveis na solicitação de créditos). Apenas 16,4% da amostra, recorreram a moratórias, ou seja, situações em que a crise associada à pandemia poderia ter levado ao incumprimento perante a entidade bancária em que foi solicitado o crédito, caso não existisse a possibilidade de recurso à moratória.

Por fim, temos de enaltecer toda a resiliência do povo português, que apesar de todas as dificuldades que nos vão aparecendo agora, e ao longo da nossa história, conseguimos unir-nos de certa forma para tentar minimizar os danos de uma crise pandémica e, por conseguinte, crise económica.

Os tempos são complicados, mas já temos uma luz ao fundo do túnel. Temos de continuar a acatar as medidas da DGS e do Governo Português, porque, apesar de não poder agradar a toda a população, certamente tomará decisões a pensar no bem comum.

## 7. LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A primeira limitação que encontrei ao realizar este estudo foi no método de recolha de dados, através de plataformas online, que não são acessíveis a toda a população, é também uma das limitações que poderá ser apontada ao presente estudo.

Posto isto, não pude deixar de analisar que o segmento mais inquirido foi entre os 19 e os 25 anos de idade, e, estando a analisar o impacto da COVID-19 no crédito aos consumidores, posso concluir que só um nicho muito curto desta amostra possui créditos com esta idade, pois são jovens que, na sua maioria os seus rendimentos são reduzidos porque ainda estão no início da sua carreira profissional.

Por outro lado, este estudo foi realizado durante a pandemia COVID-19, ou seja, toda a informação estava constantemente a ser atualizada.

Por se tratar de uma investigação que envolve o impacto económico de uma pandemia sem precedentes recentes em Portugal e no mundo, penso que fará todo o sentido fazer uma análise mais alargada, considerando um maior horizonte temporal e uma maior amostra. Assim, tornaremos este estudo muito mais completo e conclusivo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Bibliografia

- Acharya, V. V., & Richardson, M. (2009). Causes of the financial crisis. *Critical review*, 21(2-3), 195-210. doi.org/10.1080/08913810902952903
- Alexandre, F., Martins, I. G., Andrade, J. S., Castro, P. R. de, & Bação, P. (2009). *A crise Financeira internacional*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ASFAC (2019). *Impacto do crédito ao consumo na economia portuguesa - Relatório final*. Lisboa: Nova School of Business and Economics
- Avgouleas, E., & Goodhart, C. (2015). Critical reflections on bank bail-ins. *Journal of Financial Regulation*, 1(1), 3-29. doi.org/10.1093/jfr/fju009
- Caldas, J. C., Alves Da Silva, A., & Cantante, F. (2020). *As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição*. Lisboa: CoLABOR.
- Chaves Neto, A., Guimarães, I. A. (2002). Reconhecimento de Padrões: Metodologias Estatísticas em Crédito ao Consumidor. *RAE - eletrônica*, 1(2), 1-14. <https://doi.org/10.1590/s1676-56482002000200006>
- Coelho, L., Ribeiro, R., Frade, C., & Ferreira-Valente, A. (2015). Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares. In Silva, I. C. da, Pignatelli, M., Viegas, S. de M. (Eds.), *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa* (pp. 5155-2171). Lisboa: Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa
- Hernández Sampieri, R., Fernández Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2014). *Metodología de la investigación* (6a. edição). México D.F.: McGraw-Hill.
- Hwang, I., In, F. H., & Kim, T. S. (2010). *Contagion Effects of the U.S. Subprime Crisis on International Stock Markets*. Finance and Corporate Governance Conference 2010 Paper, Philadelphia, disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1536349> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1536349>
- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Estatísticas da Produção Industrial: 2008*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Estatísticas do Emprego: 4º Trimestre de 2008*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Inquérito de Conjuntura de Investimento: 2008*. Lisboa: INE.

- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares (Base 2006) 4º Trimestre de 2011 e Ano 2011*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. *Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016) – Estimativa Rápida a 30 dias 4º Trimestre de 2020 e Ano 2020*. Lisboa: INE.
- Macedo Cintra, M. A., & Farhi, M. (2008). A crise financeira e o global shadow banking system. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, 35–55. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300002>
- Maciel, O., Nunes, A., & Claudino, S. (2014). Recurso ao inquérito por questionário na avaliação do papel das Tecnologias de Informação Geográfica no ensino de Geografia. *GOT - Geography and Spatial Planning Journal*, 6(July 2015), 153–177. <https://doi.org/10.17127/got/2014.6.010>
- Maghnati, F., Ling, K. C., & Nasermoadeli, A. (2012). Exploring the Relationship between Experiential Marketing and Experiential Value in the Smartphone Industry. *International Business Research*, 5(11), 169–177. <https://doi.org/10.5539/ibr.v5n11p169>
- Moshirian, F. (2011). The global financial crisis and the evolution of markets, institutions and regulation. *Journal of Banking & Finance*, 35(3), 502-511. [doi.org/10.1016/j.jbankfin.2010.08.010](https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2010.08.010)
- Nobre, A. (2010). *Que factores determinam o incumprimento contratual no financiamento de automóvel e que medidas adoptar para o evitar?* (Dissertação de mestrado não publicada). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Peckham, R. (2013). Economies of contagion: Financial crisis and pandemic. *Economy and Society*, 42(2), 226–248. <https://doi.org/10.1080/03085147.2012.718626>
- Perfeito, J. (2020). *Determinantes Macroeconómicas do Crédito em Incumprimento nos Bancos Portugueses*. (Dissertação de mestrado não publicada). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Silva, D., Lopes, E. L., & Junior, S. S. B. (2014). Pesquisa Quantitativa: Elementos, Paradigmas e Definições. *Revista de Gestão e Secretariado*, 05(01), 01–18. <https://doi.org/10.7769/gesec.v5i1.297>.
- Silva, G. T. F. D. (2010). *As Crises Financeiras Mundiais De 1929 E 2008: Uma Análise Comparativa a Partir Da Abordagem Pós-Keynesiana*. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Rio Grande do Sul.

## Webgrafia

- Banco de Portugal (2005). *Relatório de Estabilidade Financeira 2004*. Consultado em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref\_12\_2019\_pt.pdf].
- Banco de Portugal (2011). *Evolução dos novos créditos*. Consultado em: [https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/evolucao-dos-novos-creditos].
- Banco de Portugal (2020). *Crédito aos consumidores - O que é e tipos de crédito*. Portal Do Cliente Bancário. Consultado em: [https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/o-que-e-e-tipos-de-credito].
- Banco de Portugal (2021). *Evolução dos novos créditos*. Consultado em: [https://cliente bancario.bportugal.pt/evolucao-dos-novos-creditos].
- Banco de Portugal (2021a). *O que é e tipos de crédito*. Consultado em: [https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/o-que-e-e-tipos-de-credito].
- Banco de Portugal (2021b). *Montante dos novos contratos de crédito aos consumidores (milhares de euros)*. Consultado em: [https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/evolucao-dos-novos-creditos].
- Jesus, F. (2008). *Crédito ao Consumo em Portugal*. Consultado em: [https://silo.tips/download/credito-ao-consumo-em-portugal].
- Pordata (2021). *Crédito malparado: particulares devedores e montantes (%)*. Consultado em: [https://pordata.pt/Portugal/Cr%C3%A9dito+malparado+particulares+devedores+e+montantes+(percentagem)-2952].

## APÊNDICE

### Anexo I - Questionário

Secção 1 de 16

## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Coordenação: Professora Doutora Ana Maria Reis

### Consentimento Informado

No âmbito do Mestrado de Gestão Empresas, no Instituto Superior de Administração (ISAG) estamos a desenvolver um estudo para analisar o impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo.

Pedimos a vossa colaboração, respondendo adiante a um conjunto de questões, com a duração aproximada de 5 minutos.

As respostas ao questionário são completamente ANÓNIMAS, serão tratadas apenas coletivamente e usadas somente para fins de investigação científica no âmbito do Mestrado.

A sua participação somente será válida se responder a todas as questões, podendo, no entanto, desistir da participação a qualquer momento.

Para participar no presente estudo, deverá preencher as seguintes condições na totalidade:

- Ter mais de 18 anos;
- Residir em Portugal

Muito obrigada pela sua disponibilidade e colaboração!

Qualquer dúvida não hesite em contactar-me: [eduvazsilva@gmail.com](mailto:eduvazsilva@gmail.com)

Eduardo Silva

Secção 2 de 16

## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Descrição (opcional)

Ao prosseguir, estará a declarar, que leu, compreendeu e concordou com as indicações acima referidas, e que aceita colaborar livre e voluntariamente nesta investigação. \*

Declaro que li e compreendi o consentimento informado

☐ Sim

☐ Não

## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Descrição (opcional)

1- Género \*

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

2- Idade \*

Texto de resposta curta

3- Estado Civil \*

- ☐ Solteiro/a
- ☐ Casado/a
- ☐ União de facto
- ☐ Separado/a
- ☐ Divorciado/a
- ☐ Viúvo/a
- ☐ Outra opção...

4 - Grau de Escolaridade \*

- ☐ Sem estudos primários
- ☐ Estudos primários
- ☐ Ciclo ou secundário
- ☐ Curso técnico profissional/ formação
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado e/ou doutoramento
- ☐ Outra opção...

5- Atividade Actual \*

- ☐ Estudante
- ☐ Trabalhador/a
- ☐ Trabalhador/a / Estudante
- ☐ Desempregado/a antes da pandemia
- ☐ Desempregado/a durante a pandemia
- ☐ Outra opção...

---

6- Registou quebra de rendimento face ao nível pré-pandemia \*

- ☐ Sim
- ☐ Não

## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Descrição (opcional)

7- Qual o Sector de Atividade Profissional \*

Texto de resposta longa

8- Considera que o seu sector de atividade foi um dos mais afetado pela pandemia \*

☐ Sim

☐ Não

Secção 5 de 16

## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Descrição (opcional)

9 - Tem algum crédito? \*

☐ Sim

☐ Não

Secção 6 de 16

## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Descrição (opcional)

10 - Que tipo de crédito ao consumo tem? \*

☐ Automóvel

☐ Cartão de crédito

☐ Pessoal

☐ Educação/Formação

☐ Outra opção...



## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Descrição (opcional)

11 - Em quantas entidades bancárias tem o/os seus crédito/os? \*

Texto de resposta curta

12 - A pandemia COVID-19 afetou o seu cumprimento? \*

☐ Sim

☐ Não

13 - Recorreu a moratória de crédito concedida pela sua entidade financeira? \*

☐ Sim

☐ Não

## O impacto da pandemia COVID-19 no crédito ao consumo em Portugal



Descrição (opcional)

14- Qual o motivo para recorrer à moratória?

☐ Precaução

☐ Quebra de rendimento

☐ Outra opção...

Após a secção 8 Continuar para a secção seguinte

Secção 9 de 16

Obrigada pelo sua participação!

